



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

11/09/2015 ATÉ 11/09/2015



INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	1
2	SINDJUS	
	2.1 BLOG BARRA DO CORDA NEWS.....	2
	2.2 BLOG DIEGO EMIR.....	3
	2.3 BLOG GILBERTO LEDA.....	4
	2.4 BLOG GILBERTO LIMA.....	5
	2.5 BLOG JORGE ARAGÃO.....	6
	2.6 BLOG MARCO DEÇA.....	7
	2.7 BLOG ZECA SOARES.....	8

Em nota, governo esclarece sobre ação rescisória de revisão salarial dos servidores do Judiciário

O governo do Maranhão divulgou nota de esclarecimento sobre a ação rescisória referente à revisão de salários dos servidores do Poder Judiciário.

Esclarece que a ação foi proposta pelo governo de Roseana Sarney em agosto de 2014, cabendo à PGE defender o interesse público.

Por fim, acrescentar que não é verdade que qualquer classe de servidor público do Maranhão tenha sofrido diminuição de vencimentos, destacando o aumento de R\$ 450 milhões para várias classes.

Confira o teor da nota divulgada na noite de quinta-feira (10).

NOTA

O Governo do Estado esclarece que:1 - A ação rescisória referente à revisão salarial dos servidores do Poder Judiciário foi proposta pelo governo passado em agosto de 2014, cabendo à Procuradoria Geral do Estado, desde então, defender o interesse público;2 - As questões atinentes a este e outros processos estão sendo avaliadas pelo Poder Judiciário, a quem cabe definir a legalidade dos pleitos apresentados;3 - Por fim, esclarecemos que não é verdade que qualquer classe de servidor público do Maranhão tenha sofrido diminuição salarial. Ao contrário disso, o atual Governo concedeu mais de R\$ 450 milhões em aumento nos salários de várias classes de servidores.

Servidor do TJMA explica que 21,7% não é aumento e chama Flávio Dino de fascista

Servidor do TJMA explica que 21,7% não é aumento e chama Flávio Dino de fascista

Blog do Hilton Franco

O jornalista e servidor do Tribunal de Justiça do Maranhão, João Badeco emitiu uma nota de esclarecimento sobre o deferimento da Ação Rescisória impetrada pelo governo Flávio Dino (PC do B), que resultou no corte de 21,7% no salário dos servidores do judiciário.

Segundo Badeco, é má fé a mídia que se curva ao Palácio dos Leões e do próprio fascista Flávio Dino tentar passar pra opinião pública que nós estamos brigando por aumento. Não é verdade!

Badeco que sempre fez críticas à oligarquia Sarney, agora passou a criticar o governo comunista que ajudou eleger.

Confira o esclarecimento do servidor:

Nós, do Tribunal de Justiça, não pleiteamos aumento algum, como tenta passar pra população através dos meios de comunicação alinhados com seu governo, o governador Flávio Dino.

Os 21,7% são resultados de uma ação do nosso sindicato contra o governo do Maranhão que durou quase 9 anos e passou por todas as instâncias da justiça brasileira, terminando no STF com ganho de causa pelos servidores.

Em 2014 o STF mandou que o TJMA implantasse nos nossos vencimentos esse valor, coisa que foi feita depois de uma longa negociação com a presidente Cleonice Freire.

Ou seja: há mais de um ano que a gente já vem recebendo esse valor. Portanto, não estamos brigando por aumento nenhum. Estamos brigando, sim, por um direito já garantido até pelo Supremo Tribunal Federal.

É má fé a mídia que se curva ao Palácio dos Leões e do próprio fascista Flávio Dino tentar passar pra opinião pública que nós estamos brigando por aumento. Não é verdade! Estamos brigando por um direito já adquirido e garantido por todos os tribunais superiores do Brasil.

Um fato, um governo e várias versões

Já se tornou comum o governo de Flávio Dino não sustentar versão sobre fatos ocorridos em sua administração. A prova mais recente diz respeito a redução salarial dos servidores públicos do Poder Judiciário.

Depois de bancar ser autor e interessado na ação rescisória que resultou na retirada de 21,7% do salário dos servidores com posicionamento até do governador dizendo ser necessária tal redução porque ele tinha que zelar o Maranhão para não se tornar um Rio Grande do Sul, eis que o governo decide mudar de versão.

Em nota de esclarecimento distribuída à imprensa, o governo de Flávio Dino agora culpa a gestão passada pela ação rescisória e garante que a Procuradoria agiu por interesse público.

E mais: garante que não houve redução salarial de qualquer servidor.

Ficam duas perguntas: por que o governador não deu logo essa versão ao invés de justificar os motivos pelos quais disse ser necessária a ação rescisória? E se não houve redução, por quais motivos os servidores estão protestando?

No último caso, por questão de honestidade, a nota oficial deveria dizer que ainda não foi retirado os 21,7% até mesmo porque a folha de pagamento ainda não está fechada. E sobre a versão inicial do governador, deve ter sido avaliada como negativa depois da criação nas redes sociais da hashtag #flaviodinonuncamais criada pelos servidores em sinal de protesto.

Só para lembrar de outro fato é as mil versões do governo. No caso do pagamento dos convênios com as prefeituras, o governo bancou durante meses a versão de que não havia repassado a verba para os municípios devido a auditorias que estavam sendo feitas.

Mas diante da impossibilidade de manter o discurso da ilegalidade nos contratos, o governo decidiu mudar a versão e alegar calote da gestão passada e falta de verba para pagar os convênios.

Em nota, governo esclarece sobre ação rescisória de revisão salarial dos servidores do Judiciário

O governo do Maranhão divulgou nota de esclarecimento sobre a ação rescisória referente à revisão de salários dos servidores do Poder Judiciário.

Esclarece que a ação foi proposta pelo governo de Roseana Sarney em agosto de 2014, cabendo à PGE defender o interesse público.

Por fim, acrescentar que não é verdade que qualquer classe de servidor público do Maranhão tenha sofrido diminuição de vencimentos, destacando o aumento de R\$ 450 milhões para várias classes.

Confira o teor da nota divulgada na noite de quinta-feira (10).

NOTA

O Governo do Estado esclarece que:

1 - A ação rescisória referente à revisão salarial dos servidores do Poder Judiciário foi proposta pelo governo passado em agosto de 2014, cabendo à Procuradoria Geral do Estado, desde então, defender o interesse público;

2 - As questões atinentes a este e outros processos estão sendo avaliadas pelo Poder Judiciário, a quem cabe definir a legalidade dos pleitos apresentados;

3 - Por fim, esclarecemos que não é verdade que qualquer classe de servidor público do Maranhão tenha sofrido diminuição salarial. Ao contrário disso, o atual Governo concedeu mais de R\$ 450 milhões em aumento nos salários de várias classes de servidores.

Cada vez pior

O bombardeio dos servidores do Judiciário, após decisão judicial que suspendeu o reajuste de 21,7%, que vinham sendo pagos desde o ano passado, foi a mais dura reação a um governador já registrados nas redes sociais. A pancadaria foi tamanha que levou o governador Flávio Dino a cancelar o acesso livre aos seus diversos perfis.

Mas a reação do funcionalismo foi apenas mais uma evidência de que Flávio Dino perde a cada dia de seu governo a aura que construiu durante os oito anos de campanha diária no Maranhão, e o discurso que vendeu neste período, de que tudo seria diferente a partir de sua chegada ao poder.

Mas a revolta com o governador, dizem os críticos, não é nem por que ele faz igual ao que se via historicamente no estado. Não, é porque ele faz pior.

Não há registros, por exemplo, de nenhum governador na história que tenha deixado paralisadas todas as obras do seu antecessor, mesmo com recursos disponíveis em caixa. Não há registro de nenhum governador que tenha conseguido, em tão pouco tempo, reduzir a pó um projeto de excelência, como o implantado no setor da Saúde até dezembro de 2014.

E não há registro de nenhum governador que tenha completado nove meses de mandato sem nenhum indício de obra estrutura no estado, e com índices tão alarmantes de violência em todo o estado.

E nada aconteceu - a não se sua própria posse - para justificar a letargia do governo que renovou as esperanças do maranhense e que prometeu a mudança "desde o primeiro dia do seu mandato".

E é por isso que a população - em todos os seus setores - reage tão duramente às ações do governador Flávio Dino. É como o povo se sentisse traído pelo comunista.

Da coluna Estado Maior, de O Estado do Maranhão

Feitiço virando contra o feiticeiro....

Apenas três das inúmeras charges eletrônicas que ridicularizam Dino na internet; apanhando no próprio terreno|

Tem sido viral as críticas dos servidores públicos estaduais ao governador Flávio Dino, desde que ele agiu para que o Tribunal de Justiça cortasse os 21,7% de reajuste já garantidos aos servidores do Judiciário. Em seus próprios perfis o governador é atacado a cada postagem, Para reduzir as críticas, ele dificultou a postagem de comentários, antes livres. É o preço de um governador que apostou nas redes virtuais, mas esqueceu de conduzir o real

Cada vez pior

O bombardeio dos servidores do Judiciário, após decisão que suspendeu o reajuste de 21,7%, que vinham sendo pagos desde o ano passado, foi a mais dura reação a um governador já registrada nas redes sociais. A pancadaria foi tamanha que levou Flávio Dino a cancelar o acesso livre aos seus diversos perfis.

Mas a reação do funcionalismo foi apenas mais uma evidência de que o governador perde a cada dia de seu governo a aura que construiu durante os oito anos de campanha diária no Maranhão, e o discurso que vendeu nesse período, de que tudo seria diferente a partir de sua chegada ao poder.

Mas a revolta com o governador, dizem os críticos, não é nem porque ele faz igual ao que se via historicamente no estado. É porque ele faz pior.

Não há registros, por exemplo, de nenhum governador na história que tenha deixado paralisadas todas as obras do seu antecessor, mesmo com recursos disponíveis em caixa. Não há registro de nenhum governador que tenha conseguido, em tão pouco tempo, reduzir a pó um projeto de excelência, como o implantado no setor da Saúde até dezembro de 2014.

E não há registro de nenhum governador que tenha completado nove meses de mandato sem nenhum indício de obra estrutural no estado, e com índices tão alarmantes de violência.

E nada aconteceu - a não ser sua própria posse - para justificar a letargia do governo que renovou as esperanças do maranhense e que prometeu a mudança "desde o primeiro dia do seu mandato".

E é por isso que a população - em todos os setores - reage tão duramente às ações de Flávio Dino. É como se o povo se sentisse traído pelo comunista.

Coluna Estado Maior, O Estado do Maranhão

Ex-prefeito de Sucupira do Norte é condenado a 11 anos e 4 meses de prisão

Prefeitura de Sucupira|

A juíza Gisa Fernanda Nery Mendonça, titular de Sucupira, proferiu decisão na qual condena o ex-prefeito Benedito de Sá Santana à pena de 11 anos e quatro meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. O denunciado, enquanto Prefeito Municipal de Sucupira do Norte, teve a sua prestação de contas, referente ao exercício financeiro de 2007, rejeitada pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) em razão de irregularidades. O ex-gestor poderá recorrer em liberdade da decisão.

A pena total foi resultado de três crimes tipificados na legislação brasileira, a saber: Crimes de responsabilidade por parte do prefeito, expresso no art. 1º do Decreto-Lei n.º 201/67; Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade, expresso na Lei de Licitações; e crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências, tipificado na Lei 8.137, da Presidência da República.

"Os crimes de responsabilidade descritos no Decreto-Lei nº 201/67 são classificados como crimes próprios, isto é, exigem condição especial do agente: ocupar ou ter ocupado o cargo de prefeito municipal e, nessa condição, ter praticado os crimes. Além disso, todos os tipos descritos no artigo 1º da lei são dolosos", explica a decisão judicial.

E continua: "O tipo penal do artigo 89, caput, da Lei nº 8.666/90, também, exige uma qualidade especial do sujeito ativo: que tenha determinado controle sobre os procedimentos licitatórios, tendo o poder para ordenar que, em casos que deveriam ser observados, não ocorram. Visa proteger o princípio do procedimento formal, caro às licitações e à Administração Pública, pois resguarda importantes princípios desta, tais como legalidade, impessoalidade, transparência, moralidade, dentre outros".

A magistrada observa que cabe ao juiz apreciar as provas colhidas aos autos de maneira sistemática e harmônica, de modo a buscar a formação de um juízo de certeza, devendo ele confrontar as provas existentes com o fito de buscar a verdade real. "Em princípio, cumpre destacar que existem provas suficientes no caderno processual que demonstram ser o acusado o autor dos delitos a ele imputados, em especial, os documentos oriundos dos processos internos do Tribunal de Contas do Estado", versa a sentença.

O Judiciário aponta que a prova anexada aos autos é robusta quanto à ausência de documentos que comprovem as despesas individualizadas na inicial, num total de R\$ 1.171.208,23 (um milhão, cento e setenta e um mil, duzentos e oito reais e vinte e três centavos), efetivadas com recursos públicos, de forma que inexistindo tal comprovação concluo pelo desvio e apropriação de tais valores, em proveito próprio pelo requerido, destacando-se que o mesmo os possuía sob sua guarda e responsabilidade em decorrência de ocupar o cargo de prefeito, ordenador de despesas, no exercício de 2007.